

# Sarney ameaçou renunciar antes da votação do mandato

CLÓVIS ROSSI  
Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney disse, no domingo pela manhã (antes, portanto, da votação sobre a duração de seu mandato na Comissão de Sistematização), que renunciaria ao mandato, caso fossem aprovados os quatro anos. A ameaça foi feita durante o encontro que o presidente da República manteve, no Palácio da Alvorada, com o presidente nacional do PMDB; do Congresso constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, que deixou o Alvorada preocupado, pois já sabia que a votação sobre o mandato seria bastante equilibrada e poderia haver (como acabou ocorrendo) a vitória dos quatro anos.

Ao chegar ao apartamento do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), onde almoçaria com um grupo de peemedebistas e os ministros Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia) e Renato Archer (Previdência Social), Ulysses extravasou a tensão: "Alguma coisa de grave vai acontecer. O Sarney nunca deixou de atender um telefone meu, desde que tomou posse. Ou ele renuncia ou manda um projeto de eleições gerais", disse aos presentes.

A conversa enveredou, então, pela viabilidade ou não do suposto projeto de eleições gerais, enquanto Ulysses pedia a Mora, sua mulher, que fizesse nova tentativa de colocá-lo em contato telefônico com o presidente Sarney.

Foi aí que a tensão chegou a seu ponto máximo: Mora voltou à sala para dizer que, uma vez mais, o funcionário do Palácio dizia que Sarney não poderia atender.

Ulysses afundou na cadeira, emudeceu por algum tempo e, quando voltou a falar, foi para criticar os "quatroanistas" presentes: "Quando vocês têm um inimigo, não podem atirar no pé. Têm que atirar no coração, porque se não ele reage".

Depois dessa frase, Ulysses pediu um segundo uísque (tomara o primeiro logo ao chegar à residência de Gasparian e recolheu-se a seu universo interior. "Ele parecia estar em outra dimensão, enquanto nós conversávamos", contou ontem à Folha o deputado Roberto Brandt (PMDB-MG), um dos comensais.

O telefone tocou pouco depois e trouxe Ulysses de volta ao mundo real. Era Sarney. Conversaram pouco mais de um minuto, apenas para acertarem um encontro pessoal no Palácio da Alvorada, mais tarde. Mas foi o suficiente para desanuviar o ambiente e desafogar a tensão.

Ao descer para a rua, terminado o almoço, Ulysses topou com o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e com

o ministro da Administração, Aluísio Alves, que voltavam do Alvorada. Estavam descontraídos e transmitiram a Ulysses a informação de que Sarney absorvera o resultado da votação desfavorável.

Mas contaram, também, que "a família do presidente" estava irritada com quatro pessoas em especial: o próprio Ulysses, porque não se empenhara pelos cinco anos, o senador José Richa (PMDB-PR), comandante dos quatro anos, e os governadores Waldir Pires (BA) e Miguel Arraes (PE), que trabalharam ativamente pelos quatro anos.

Os peemedebistas que ouviram a conversa traduziram "família do presidente" por José Sarney, pura e simplesmente, e Ulysses rumou para o Alvorada, já municiado de todos os dados para a conversa com o presidente. Foi uma conversa dura, mas esse foi o único detalhe dela que vazou, até porque foi aí que Ulysses começou a se sentir mal.



Moreira Maria

## Presidente perdeu apoio militar, avalia PMDB



O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, do PMDB da Bahia

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

Vinte e quatro horas depois da tensa conversa Sarney-Ulysses, o PMDB não sarneyzista já respirava desfogo e fazia a seguinte avaliação: o presidente não tem condições de endurecer o jogo contra o Congresso constituinte porque "perdeu o apoio do dispositivo militar", conforme a avaliação que a Folha obteve ontem junto às principais lideranças partidárias.

A segurança dos peemedebistas pró-quatro anos quanto ao respaldo da cúpula militar para a eleição em 88 refletiu-se ontem na votação sobre a anistia aos militares: o partido fechou com a proposta dos ministros militares e seus líderes receberam vaias das galerias. "As vaias foram o preço que tivemos que pagar", admitiu francamente o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

A avaliação dos peemedebistas coincide com as informações que a Folha obteve junto à cúpula militar. Coincide, por exemplo, com a informação de que foram os ministros militares, reunidos anteontem à noite com Sarney, que suavizaram a reação presidencial à votação do mandato.

E é provavelmente por isso que, ontem, os sinais emitidos pelo Palácio do Planalto eram na direção de

aceitar o que viesse do Congresso constituinte. "Constituinte é Constituinte, governo é governo. O presidente vai, naturalmente, acompanhar os trabalhos da Constituinte, mas ela é livre e soberana para decidir o que quiser", disse à Folha, ontem cedo, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, também jogou a toalha no ringue: disse, ontem pela manhã, ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que já não vai mais trabalhar pelos cinco anos no plenário do Congresso constituinte. Mais tarde, foi além: "Reverter o plenário até é possível. Mas não se pode reverter a rua. E a rua já está na campanha presidencial".

Só mesmo xiitas do "sarneyzismo", como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ainda insistiam: "Se o presidente quiser, reverte o quadro. Vamos ver o 'Diário Oficial' de amanhã (hoje)", em alusão à possíveis retaliações do governo contra os "quatroanistas".

Por tudo isso, o clima geral que se respirava ontem em Brasília era retratado em uma só frase pelo deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE): "O governo parece ter chegado à conclusão de que o estupro é inevitável e agora vai relaxar e gozar". (Texto final: Clóvis Rossi)

## COM O DIRIGENTE HÚNGARO, BOM HUMOR

O presidente José Sarney foi ontem ao aeroporto de Brasília receber Karoly Nemeth, presidente da Hungria (foto). Nemeth chegou às 12h27, procedente do Rio, e depois de ouvir os hinos dos dois países passou em

revista tropas formadas em sua homenagem. O presidente Sarney parecia bem humorado e não fez qualquer comentário sobre a redução de seu mandato votada pela Comissão de Sistematização.

## Richa e Prisco trocam farpas ao vivo em programa de TV

Do enviado especial a Brasília

O senador José Richa (PMDB-PR) e o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana (PMDB-BA), mantiveram uma troca de farpas ao vivo durante o programa "Bom Dia, Brasil", transmitido pela Rede Globo de Televisão, e, fora do ar, por pouco não brigaram.

Demonstrando toda a irritação dos intimos do presidente José Sarney com a mudança de posição de Richa dos cinco para os quatro anos de mandato para o presidente, Prisco disse, no ar, que Sarney não aceitaria qualquer negociação em torno de mandato e sistema de governo, porque rejeitava o fisiologismo.

Richa irritou-se, até porque Sar-

ney, há cerca de dois meses, negociou com ele, por intermédio dos ministros Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI), a implantação do parlamentarismo, sem que a negociação envolvesse qualquer barganha menor.

O senador paranaense cobrou de Prisco, já encerrado o programa, as afirmações feitas ao vivo, chegando a aliterar a voz. E, enquanto Prisco era entrevistado, Richa não escondia a irritação: "É por ter amigos assim que o presidente pôs tudo a perder".

Prisco ouviu as reclamações de Richa, que lhe deu as costas e saiu rapidamente do estúdio. Correu atrás do senador, mas acabaram saindo abraçados. (CR)

## Porta-voz reage ao ceticismo de Bresser Pereira

Da Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, reagiu secamente às declarações do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de que "está difícil governar e, com isso a redução do mandato do presidente José Sarney", fica mais difícil ainda". "Se está difícil, vamos trabalhar mais. Estamos aqui para servir o povo", disse ontem, em seu gabinete.

Costa Couto, que exerce interinamente as funções de porta-voz da Presidência, admitiu que se prevalecer o mandato de quatro anos, no Congresso constituinte "isso não favorece os negociadores brasileiros" da vida externa, "que trabalharam dentro de um horizonte mais curto". Ele disse que "não está em pauta" nenhuma negociação do governo com os constituintes sobre o sistema de governo, e não descartou uma eventual reforma ministerial como uma das medidas que o presidente poderia tomar no futuro.

O ministro evitou explicar os motivos da mudança da atitude de Sarney, que ameaçou de retaliação na quarta-feira os constituintes que votassem contra o mandato de cinco anos.

## ACM demite na Radiobrás do Rio como retaliação

Da Sucursal do Rio, do enviado especial a Brasília e da Reportagem Local

O superintendente da Radiobrás no Rio, Raul Brunini, 68, foi exonerado ontem do cargo pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Brunini soube de sua demissão ontem à tarde através de telefonema dado pelo presidente da Radiobrás, Antônio Martins. O ato foi explicado por Martins como uma retaliação pelo voto a favor do mandato de quatro anos para o presidente Sarney dado anteontem na Comissão de Sistematização pelos deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti — que, segundo Martins, foram os responsáveis pela indicação de Brunini para o cargo. Por volta das 16h30, Brunini contou a Sandra Cavalcanti que o próprio Antônio Carlos Magalhães, confirmara sua demissão, se dizendo "decepcionado" com Sandra e com Dornelles. "O pior é que o Raul Brunini não foi uma indicação minha para a superintendência da Radiobrás", disse Sandra Cavalcanti à Folha, às 21h15, "ele é apenas meu amigo. Se a retaliação vai ser assim, que o Sarney demita os três ministros militares, que também são meus amigos".

## Manutenção do parlamentarismo é a dúvida

Do enviado especial a Brasília

Do alto de sua reputação de experiente e bem informado, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) comentava ontem à tarde, junto a um grupinho da Comissão de Sistematização: "Talvez vocês precisem me pagar uma consulta como pitonisa, mas a meu ver essa questão de duração de mandato já é irreversível". Passarinho só não arriscava um prognóstico tão categórico quando se tratava da preservação do parlamentarismo como forma de governo.

Em meio à ressaca da votação, na véspera, dos quatro anos para o presidente Sarney, essa mistura de certeza quanto ao mandato com a dúvida quanto ao sistema de governo prevalecia em setores bem mais amplos do Congresso constituinte.

Uma estrela em ascensão como o deputado Alceni Guerra (PFL-PR), por exemplo, trazia no bolso uma estimativa pessimista quanto à possibilidade de, após a sacramentoção dos quatro anos, manter-se os presidencialistas em minoria. A seu ver, são partidários da forma de governo em vigor cem dos 131 integrantes da bancada do PFL, 25 dos 37 do PDS, 23 dos 26 do PDT, os dezesseis do PT, seis dos trêz do PTB, e ainda seis outros constituintes de pequenos partidos. Isso dá um total de 176 presidencialistas. Bastaria que a este grupo se somasse pouco mais de um terço do PMDB (104 dos 305), para que o parlamentarismo esteja derrotado.

E como se, a partir de anteontem, os parlamentaristas estivessem conscientes da limitação de seu crescimento numérico, já que Sarney estava bastante "punido" com a redução de seu mandato. "Parlamentarismo é um objetivo mais difícil", dizia o deputado Antônio Britto (PMDB-RS). Isso explica, em parte, a ausência de especulações em torno de quem seria primeiro-ministro — alguns falam no senador José Richa (PMDB-PR), mas sem o fruto



Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA)



Senador José Richa (PMDB-PR)

de discussões amadurecidas —, ou de previsões acadêmicas sobre a orientação econômica que o Congresso imprimiria a um governo de gabinete, exercício que o deputado José Serra (PMDB-SP) qualifica de "maluco".

Tanto o mandato quanto a forma de governo poderiam ter as atuais decisões invertidas por força de pressões do Planalto. Porém, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), era o único a acreditar, ontem, na possibilidade dessa dupla ofensiva. O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), é mais modesto: o esforço partiria apenas para manter o presidencialismo. Com ele concorda ao menos uma vez o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), para quem o único aríete de Sarney é hoje o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, "já que Aureliano Chaves e Marco Maciel demonstraram ser um grande blefe".

"O Planalto não vai negociar. Daqui para frente, não haverá mais o canto de sereia do governo", diz José Richa com relação ao mandato e ao parlamentarismo. E acrescenta,

mordaz: "Não vou tomar nenhuma iniciativa porque não levo a sério os interlocutores do Palácio. Já que eles não querem negociar o parlamentarismo, também não quero conversar sobre os quatro anos".

Outro senador, José Fogaça (PMDB-RS), diz que Sarney poderia obter de volta seu quinto ano na Presidência caso, "num gesto de nobreza", assumisse publicamente o compromisso de conduzir a transição ao parlamentarismo, de acordo com o cronograma fixado pela Comissão de Sistematização. Puro "wishful thinking"? O próprio Fogaça julga o roteiro inverossímil, mesmo se, no PT, a idéia de que os parlamentaristas tendem a recuar dos quatro anos começa a ganhar corpo. "As coisas tendem a se bipolarizar com os presidencialistas defendendo diretas em 1988, e os parlamentaristas só no ano seguinte", diz o deputado José Genoino (SP). Isso demonstra, a seu ver, a necessidade de um retorno ao que o jargão designa por "pressão popular", com atos públicos e comícios.

Mesmo sem essa "pressão", afirma o senador Jamil Haddad (PSB-

RJ), e bem possível que a partir de agora haja uma convergência da "euforia nacional" surgida após a votação de domingo e a necessidade de os constituintes serem pressionados por suas "bases" para que os quatro anos e o parlamentarismo sejam simultaneamente preservados. Ele obviamente reconhece que o mandato é uma questão mais digerível em termos de opinião pública, tendo a idéia de parlamentarismo um longo caminho a ser ainda percorrido. Um parlamentarismo que o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP) diz que poderá se implantar "sem um quinto ano para o atual presidente da República, porque no fundo ele tenderia a atralparhar".

Uma das vozes ao mesmo tempo pessimistas e discordantes é a do deputado Delfim Netto (PDS-SP). Sua interpretação do atual "imbroglio": Sarney sofreu na Comissão de Sistematização "dois sucessivos golpes" que debilitaram ainda mais sua já tênue autoridade. Parlamentarista e partidário da sucessão presidencial em 1988, "mas no quadro de uma renovação também do Congresso", Delfim acredita que o atual perfil das propostas da Sistematização devem prevalecer em Plenário.

Daí seu pessimismo: "Caminhamos para crises cíclicas que poderão desembocar numa crise bem mais ampla, de cunho institucional", conclui com um ar preocupado.

De qualquer modo, na Sistematização e nos corredores que dão acesso a ela, e em meio à agitada votação da anistia aos militares cassados, o fato é que as decisões de domingo ainda estavam sendo objeto de decantação. Especulações em torno do grau de sinceridade do ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, em declarações segundo as quais Sarney respeitaria as opções dos constituintes, perdiam-se em previsões que só concordavam com a "pitonisa" Jarbas Passarinho: os quatro anos já seriam "irreversíveis". (João Batista Natali)

## Imprensa internacional dá destaque à derrota do presidente

PAULO FRANCIS  
De Nova York

Os quatro jornais mais importantes do mundo, "The New York Times", "The Washington Post", "The Wall Street Journal" e "The Financial Times" deram com destaque (uma primeira página e uma chamada de primeira) a derrota de Sarney na Comissão de Sistematização da Constituinte e, apesar do exotismo do assunto, uma Constituinte, como a brasileira, que mais parece uma enciclopédia escrita por iletrados, conseguiram explicar jornalisticamente o significado da notícia. Os brasileiros, provavelmente, ano que vem, terão a oportunidade de determinar por si próprios por quem querem ser governados. Isto é rotineiro em democracias ocidentais. Com exceção do período 1946-1960, é novidade no Brasil.

presciente destes jornais. No dia da morte de Tancredo, em 1985, disse, em editorial, que Sarney era fraco (sic) e aconselhou-o a convocar eleições. Palavras não muito diplomáticas, mas proféticas. E o consenso destes jornais de que o Brasil precisa de um presidente, ou seja, de alguém que tome decisões executivas que suplantem os interesses criados de grupos de pressão. Alguém que não procure agradar todo mundo ao mesmo tempo (com a inevitável consequência de desagradar todo mundo). Não há "animus" editorial contra Sarney. Mas é fácil ler nas entrelinhas. Todos citam a pesquisa da Folha demonstrando que 80% dos brasileiros querem eleger seu presidente, já que este "privilegio", no Brasil, só foi usufruído por pessoas com, no mínimo, 48 anos, que tivessem 21 anos em 1960.

acompanhado de eleições gerais para o Congresso, um golpe de estado. Ninguém votou em deputados e senadores em 1986 esperando que dirigissem executivamente o país. Foram eleitos para legislar e, pela mostra da Constituição, meteram os pés pelas mãos, ou melhor, trocaram as patas, a palavra certa, que já faz 38% dos brasileiros sonharem com uma volta à ditadura militar, só para não ouvirem mais estes falatórios demagógicos e corruptos. Não pode ser repetido demais que a maioria esmagadora do PMDB no Congresso e governanças estaduais se deve exclusivamente à simultaneidade das eleições de novembro de 1986 com a vigência do primeiro Plano Cruzado. Todo mundo no Brasil fala no desprestígio de Sarney. O presidente não pode aparecer em público sem ser apedrejado e vaiado. Mas era tratado e acatado como "pai de santo"

Jornais desta importância são muito cuidadosos no que escrevem. Tendem a restringir-se à repetição do que é divulgado na imprensa brasileira ou citarem políticos e personalidades que atuam no chamado "cenário nacional". Sabe-se lá se a Constituição contraria censura a opiniões de jornais estrangeiros, como imperialistas, ou sandice semelhante. Mas é fácil perceber a satisfação dos correspondentes com o fato de que o Brasil poderá ter uma oportunidade democrática, livrando-se de Sarney, o rabo de um arranjo ditatorial entre chefes militares e oligarcas civis, que talvez por ser rabo nunca tenha atingido sintonia com a cabeça do país.

enquanto vigorou a empulhação do Cruzado 1. A inferência lógica, que dispensa o e no poder, acompanhou o presidente na estima e repúdio populares e sua cínica e rápida eliminação quatro dias depois que cumpriu seu papel, dar maioria absoluta ao PMDB nas urnas. Um parlamentarismo dirigido por esta gente, eleita sob falsos pretextos, o que lhe esticaria os mandatos mais um ano e lhe daria os meios — a máquina estatal — de tentarem comprar a próxima eleição, em 1990, é tão antidemocrático quanto a presidência Sarney. Isto não admite discussão. E tão claro quanto o dia seguir a noite.

Mas, por enquanto, a imprensa estrangeira de peso nota apenas o fim próximo de Sarney, que se não é solução para coisa alguma, ao menos é o afastamento de um entrave sério

a que o Brasil tenha governo. Havia um vácuo de poder e a natureza — como a maioria das sociedades civilizadas — abomina o vácuo. Na década de 1970, o Brasil era tido como um dos raros países do Terceiro Mundo que tinha possibilidades concretas de se alçar ao nível de potência média. Hoje, o país é alvo de anedotas, a maioria impubescível. Perdeu o crédito e se enrola em comércio externo, os dois fatores que transformaram Alemanha Ocidental e Japão, que saíram aos escombros da Segunda Guerra, em potências econômicas supremas, e se for argumentado que as duas nações já eram, apesar de tudo, industrializadas, os exemplos de sociedades primitivas como Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Formosa, que hoje contam decisivamente na economia mundial, contrastam com o projeto de taba xenófoba e marginalizada que emana de Brasília.